

## Emendas de Ihoshi são incorporadas à MP do Terceiro Setor



Deputado Walter Ihoshi (SP)

Emendas do deputado **Walter Ihoshi (SP)** foram incorporadas, ontem (20), ao relatório elaborado pela comissão mista que analisou a Medida Provisória (MP) 684/15. A proposta do Executivo ajusta o prazo para que o Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei 13.019/14) passe a vigorar somente a partir de fevereiro de 2016. A norma atinge todas as parcerias entre governos e entida-

des, organizações e cooperativas sem fins lucrativos que recebem ou não recursos públicos para desempenhar suas atividades.

Com a intenção de aprimorar o texto, o relator acatou, integralmente, as sugestões de Ihoshi. A primeira delas retirou a exigência de indicação de pelo menos um dirigente da sociedade civil para se responsabilizar de forma solidária. “Isso inviabilizará as parcerias e causará desestímulo à atividade voluntária”, argumentou o parlamentar.

Outro cuidado de Ihoshi se refere à dispensa no chamamento (novos contratos), por parte da administração pública, para áreas de assistência social, saúde e educação. “Esses serviços não podem sofrer descontinuidade, pois são essenciais à população. Inegável a relevância social, por exemplo, dos hospitais filantrópicos e outras entidades assistenciais a crianças, ido-

sos e deficientes.”

Para desburocratizar os processos de compras e contratações da entidade, Ihoshi sugeriu a revogação de dispositivo da lei (Artigo 35, inciso V), que exige parecer técnico de órgãos da administração pública sobre mérito, identidade e viabilidade, entre outros. “Aprovação de regulamento para essas contratações torna os procedimentos excessivamente burocráticos.”

O livre acesso aos documentos mantidos pelas entidades e poder público (inciso XVIII, Artigo 42) também foi revogado por meio de emenda do parlamentar. “O artigo 2º da lei já fixa regras para prestação de contas. Obrigar a inserção de cláusula em contrato com os fornecedores manifesta flagrante de interferência estatal na organização sem fins lucrativos.”

A votação do relatório está prevista para a próxima terça-feira (27).

## CCJC aprova ajustes no Código de Ética da Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou, nessa terça-feira (20), o Projeto de Resolução (PRC) 124/12, de autoria do deputado **José Carlos Araújo (BA)**, que ajusta dispositivos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara.

Entre os itens de destaque, está a supressão de parte do texto que previa uma manifestação preliminar do conselho sobre as representações. “Isso cabe ao relator, que fará como parte de seu voto a ser submetido ao colegiado”, destacou o parlamentar.

O texto também determina que os líderes partidários devam comunicar ao presidente da Câmara, no início da primeira e da terceira sessão legislativa, os parlamentares que in-

tegrarão o Conselho de Ética, representando cada legenda ou bloco.

O projeto aponta ainda os procedimentos e prazos para apresentação da defesa. O deputado representado terá dez dias úteis para apresentar defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas (no máximo oito).

Esgotado o prazo, o relator solicitará as diligências em até 40 dias úteis, em caso de perda de mandato, e 30 dias úteis, em caso de suspensão temporária de mandato. O relatório só será colocado em votação se estiver presente a maioria absoluta do colegiado e poderá ser aprovado por maioria simples.

Pelo ajuste proposto por Araújo, o pronunciamento do conselho



Deputado José Carlos Araújo (BA)

pelo arquivamento da representação será definitivo, salvo quando houver recurso ao Plenário subscrito por um décimo dos membros da Casa.

A matéria segue para análise da Mesa Diretora.

## Silas: burocracia para registro de patentes gera retrocesso

Sinônimo de avanço industrial e tecnológico e fator relevante para aumentar a competitividade de mercado, o registro de patentes tem emperrado na burocracia brasileira. O problema foi debatido, ontem (20), em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que analisou as mudanças propostas pelo Projeto de Lei 139/99 para a regulação de direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

O deputado **Silas Câmara (AM)** disse que é necessário reverter o cenário e diminuir o tempo médio para patentear um produto. “O prejuízo é tão grande que não se pode calcular. O próprio ministério [MDIC] informou que não tem uma conta fechada do que significa essa perda”, pontuou o parlamentar.

Silas lembrou ainda que o país




Deputado Silas Câmara (AM)

perde neste quesito até mesmo para economias consideradas inferiores à do Brasil. Segundo ele, a Colômbia, por exemplo, consegue patentear um produto em até três ou quatro anos em média. O período também é o mesmo registrado em outros países da América Latina e da Europa.

“A nossa média é de 12 anos. É algo realmente escandaloso. Por isso, acredito que o problema é mais estrutural. Tudo isso gera insegurança jurídica, incerteza de futuro e queda nos investimentos de pesquisa e desenvolvimento”, avaliou.

Elisabeth Kasznar Fekete, presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), disse que o Brasil também enfrenta dificuldades com a falta de mão de obra para processar os pedidos de patente. “Cada examinador precisa trabalhar oito ou nove vezes mais do que o normal para dar conta de toda a demanda. Nosso problema é também a infraestrutura”, ressaltou.

Segundo dados da ABPI, o setor de telecomunicações também é o que mais tempo leva para conseguir patentear um produto: 14,2 anos em média. 

## Átila Lins é eleito representante da América Latina para a União Interparlamentar



Deputado Átila Lins (AM)

O deputado **Átila Lins (AM)** foi escolhido, no sábado (17), o novo representante de 22 países da América Latina e Caribe (GRULAC) junto ao Comitê Executivo da União Interparlamentar (UIP), com mandato para o

período 2015-2019. O grupo, formado por oito membros, é responsável pelo tratamento dos principais temas interparlamentares mundiais e da agenda internacional do comitê. A escolha foi feita durante a 133ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, na Suíça. Há dez anos o país não ocupava esse cargo.

De acordo com Lins, questões importantes sobre o desenvolvimento, a democracia, os direitos humanos e a busca de soluções para problemas que afetam o mundo serão tratados também sob a perspectiva brasileira. “Será uma oportunidade para promover os interesses da região e do Brasil na União Interparlamentar”, afirmou.

O comitê orienta o conselho di-

retivo da UIP, órgão de decisão política da entidade, em temas relacionados à realidade internacional, comércio e mudanças climáticas. Trata ainda da adesão de novos parlamentos, sessões e agenda de trabalho, além de propor o programa de trabalho e orçamento anuais da União e controlar a administração do secretariado.

A União Interparlamentar é uma organização internacional voltada a promover o diálogo, a cooperação e ações conjuntas sobre temas de importância internacional. Criada em 1889, a UIP trabalha pelo fortalecimento de instituições representativas e desenvolve diversas iniciativas em estreita cooperação com a Organização das Nações Unidas (ONU).

### EXPEDIENTE

**PSD - Partido Social Democrático**

**Líder do PSD:** Rogério Rosso (DF)

**Chefe de Gabinete:** Fábio Almeida

**Editores-Chefe:** Danielle Arouche

**Redatora:** Raquel Sacheto

**Diagramação:** Jorge Ribeiro

**Revisão:** Rogério Oliveira

**Fotografia:** Heleno Rezende e Cláudio Araújo

**Reportagens:** Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius

Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II

Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073



@psdcamara



PSD Câmara



Rádio  
psd



TV  
psd

Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:  
[www.psdcamara.org.br](http://www.psdcamara.org.br)